

COMISSÃO DA VERDADE TAMBÉM NA USP

Quarenta e sete mortos ou desaparecidos políticos que possuíam algum vínculo com a Universidade. Diversos docentes e centenas, talvez milhares, de alunos presos e, em muitos casos, torturados — alguns dos quais, mesmo depois de libertados, foram atormentados por incessantes sofrimentos psíquicos ou sequelas físicas causadas pela tortura, e por esta razão morreram. Demissões, aposentadorias compulsórias, perseguições, delações, humilhações. Colaboração ativa de docentes em posição de mando com o regime dos generais, seja na formulação de leis, seja na composição do próprio governo ilegítimo.

Tudo isso ocorreu durante a Ditadura Militar, como já abordado preliminarmente e com riqueza de detalhes em edições anteriores desta revista (13, de 1998; 33, de 2004, e outras). É mais do que tempo, portanto, de se criar uma Comissão da Verdade da USP, capaz de apurar o envolvimento da instituição e de expoentes seus nas violações de direitos humanos praticadas pelo regime instalado em abril de 1964 — a propósito, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco saiu à frente e criou sua própria comissão, em 27 de setembro. Esta edição traz um caderno especial que pretende fornecer novos subsídios à Comissão da Verdade da USP, ainda que não desconheça os obstáculos interpostos no caminho do órgão proposto, a começar pelo conservadorismo de tintas retrógradas que embala os atuais gestores da instituição.

Entre os casos que destacamos, um em especial fere a nossa sensibilidade, é praticamente desconhecido, e por isso tornou-se a reportagem de capa, de autoria de Luiza Sansão: a prisão e tortura dos irmãos Carrasco Forrastal, desencadeadas pela invasão do Crusp em dezembro de 1968, logo após a decretação do AI-5.

A família veio da Bolívia para o Brasil para que o jovem Juan Antonio, hemofílico, fizesse aqui seu tratamento, que resultou na amputação da perna esquerda e implantação de uma prótese. Ele e seu irmão Jorge Rafael ingressaram na USP, no Instituto de Física e na Escola Politécnica respectivamente. Jorge foi preso, e Juan, ingenuamente, foi à procura do irmão no II Exército, onde também acabou capturado.

Não havia limites para a crueldade do coronel Sebastião Alvim, presidente do Inquérito Policial-Militar do Crusp, e seus comandados: a perna ortopédica de Juan era retirada para as sessões de tortura, que ocorreram no QG do II Exército no Ibirapuera, num quartel de Quitaúna e até mesmo num hospital militar. A tragédia consumou-se com o suicídio de Juan, em 1972, no Hospital da Cruz Vermelha de Madri.

PMs e a “licença para matar”

Reportagem de Fausto Salvadori e um artigo do professor Henrique Carneiro analisam em profundidade a atuação das Polícias Militares no Brasil e apontam o caminho da desmilitarização e unificação das corporações policiais como indispensável para brechar ações de extermínio como os massacres do Carandiru, Eldorado dos Carajás e Maio de 2006, ou as execuções praticadas pela Rota em São Paulo. A sociedade civil e até a ONU já propuseram a extinção das PMs, mas o governo federal faz ouvidos moucos.

Educação pública, com gestão pública

Reveladora a entrevista com o professor Luiz Freitas, diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, a propósito das intenções dos chamados “reformadores empresariais” da educação: reformas semelhantes fracassaram nos EUA, e caso venham a emplacar no Brasil terão o condão de destruir a educação pública. É preciso que também a gestão se mantenha pública, adverte ele. O PISA, índice utilizado pela OCDE como medida universal de qualidade do ensino, é pedagogicamente desconstruído por Freitas. Vale conferir!

O Editor